



Ofício nº 048/2025-GPMBC

Boca do Acre/AM, 08 de abril de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor

GABRIEL DA SILVEIRA MATOS

Secretário de Estratégia e Projetos

Assunto: Resposta ao Ofício nº 86/2025 – SEP – Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, acusamos o recebimento do Ofício nº 86/2025 – SEP, por meio do qual essa Secretaria apresenta convite para adesão ao Plano de Trabalho vinculado ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023, promovido no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e destinado à implementação de ações voltadas ao desenvolvimento institucional dos municípios amazonenses.

Após análise do conteúdo do referido instrumento, este Município manifesta formalmente o seu interesse na celebração e adesão à iniciativa, reconhecendo a importância da proposta para o fortalecimento da governança, da transparência e da efetividade das políticas públicas locais.

Destacamos que a Administração Municipal de Boca do Acre é parceira dos esforços cooperativos que visam à modernização da gestão pública, razão pela qual nos colocamos à disposição para os encaminhamentos administrativos e jurídicos necessários à efetivação do ajuste.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



FRANK SOBREIRA BARROS
Prefeito Municipal



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 86/2025/SEP

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

Prefeito **Frank Barros**

Prefeitura Municipal de Boca do Acre

Boca do Acre/AM

Assunto: Termo de Cooperação Técnica n. 3/2023 - Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, informo que o Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, celebrou o Termo de Cooperação Técnica n. 3/2023, Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, com a finalidade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (Seji).

Atualmente, o acordo conta com mais de 50 aderentes, entre os quais o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais e demais órgão do sistema de justiça, além do Poder Executivo das três esferas da Federação.

Comunico, ainda, que, até o presente momento, já foram realizadas duas edições do Programa, em 2023 em São Félix do Xingu (Pará) e, em 2024, em Lábrea e Humaitá (Amazonas), cujos relatórios podem ser acessados por meio dos *links*: [Relatório Justiça Itinerante Xingu 2023](#) e [Relatório Justiça Itinerante Humaitá e Lábrea 2024](#).

Nesse contexto, com o objetivo de fortalecer a cooperação interinstitucional e garantir o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na região da Amazônia Legal, convido a Prefeitura a aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Para apreciação dessa Prefeitura, encaminho cópia do instrumento de cooperação, bem como a minuta do Termo de Adesão e do Plano de Trabalho. Havendo interesse na adesão, solicito o encaminhamento da resposta por meio do sistema Malote Digital ou pelo Protocolo Eletrônico <https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>, com o Termo de Adesão anexo devidamente preenchido e assinado, **fazendo referência ao SEI n. 02433/2023.**

Atenciosamente,

Gabriel da Silveira Matos
Secretário de Estratégia e Projetos



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DA SILVEIRA MATOS**,
SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS, em 31/03/2025, às
19:00, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.cnj.jus.br) informando o
código verificador **2145804** e o código CRC **909D9B0B**.

Anexo:

Termo de Cooperação Técnica n. 03/2023 e Minuta do Termo de Adesão: (1520354)
Plano de Trabalho: (1567019)

Atenção: Favor encaminhar resposta a este Ofício por meio do sistema Malote Digital ou
Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

02433/2023

2145804v2

ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DO ACRE - AMAZONAS, com sede na Avenida Coronel José Assunção Neto, s/nº, Platô do Piquiá, CEP: 69.850-000, na cidade de Boca do Acre/AM, CNPJ 15.811.318/0001-20, neste ato representado pelo **FRANK SOBREIRA BARROS, PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O FRANK SOBREIRA BARROS, PREFEITO MUNICIPAL, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I.- Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II.- Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III.- Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV.- Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V.- Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

- 1. **ATUAÇÃO COORDENADA:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DO ACRE - AMAZONAS, desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.
- 2. **GESTORA LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Sra. **FRANCINEIDE DA SILVA NORONHA**, ocupante do cargo **CHEFE DE GABINETE**, endereço eletrônico: **gabinetepmba@gmail.com**, telefone (97) 98120-8145, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.
- 3. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES**4.1. São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

- I. - Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;



- II. – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- III. – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV. – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;
- V. – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);
- VI. – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2. São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

- I. – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- II. – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- III. – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV. – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;
- V. – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- VI. – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3. São responsabilidades gerais da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DO ACRE - AMAZONAS:

- I. – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;
- II. – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;
- III. – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;
- IV. – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;
- V. – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI. – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Boca do Acre/AM, 11 de abril de 2025.



FRANK SOBREIRA BARROS
Prefeito Municipal